



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

**PODER AO POVO: MARXISMO NEGRO, RELAÇÕES RACIAIS E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SARA BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**CHELIMAN ALVES RODRIGUES<sup>2</sup>**

**THAIS FELIPE SILVA DOS SANTOS<sup>3</sup>**

**AMABILE MARIA DE MOURA PASSOS<sup>4</sup>**

## **RESUMO**

Este artigo discute as relações raciais no Brasil sob uma perspectiva marxista, analisando a formação social, relações raciais e a resistência às correntes pós-modernas que fragmentam as análises antirracistas. Explora o impacto dessas questões na formação em Serviço Social, baseando-se no materialismo histórico-dialético. Defende que o estudo das relações raciais é essencial para enfrentar a fragmentação do debate e que o racismo antinegro é uma determinação incontornável no cotidiano profissional.

**Palavras-chave:** Racismo. Serviço Social. Marxismo.

## **RESUMEN**

Este artículo discute las relaciones raciales en Brasil desde una perspectiva marxista, analizando la formación social, relaciones raciales y la resistencia a las corrientes posmodernas que fragmentan los análisis antirracistas. Explora el impacto de estas cuestiones en la formación en Trabajo Social, basándose en el materialismo histórico-dialéctico. Defiende que el estudio de las relaciones raciales es esencial para enfrentar la fragmentación del debate y que el racismo antinegro es una determinación ineludible en la vida profesional cotidiana.

**Palabras claves:** Racismo. Trabajo Social. Marxismo.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade Federal de Uberlândia

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>4</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 1 INTRODUÇÃO

“A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social” (Moura, 1989, p. 7). Iniciamos este texto com a mesma passagem que Moura (1989) utiliza em um de seus livros para demarcar a posição defendida neste artigo. Compreendemos que é impossível falar sobre o Brasil e a classe trabalhadora sem considerar os aspectos da história nacional, e essa história está intrinsecamente relacionada à própria história da população negra.

O escravismo<sup>5</sup> não é o racismo, que por sua vez não é o capitalismo, entretanto, Moura (1994) explica que o racismo foi engendrado no seio do escravismo para servir de arma ideológica para sua sustentação. Para o autor, o racismo no período escravagista foi o pilar para o êxito do sistema colonial e no capitalismo ele também é utilizado enquanto arma ideológica, servindo como ferramenta de dominação e exploração. Neste texto, ao nos referirmos à escravização, estamos tratando da escravização moderna, processo histórico, social e econômico que visava, por meio de uma tentativa sistemática de desumanização, a acumulação e geração de riquezas através do trabalho compulsório, que teve como alvo a população do continente africano, para a qual este período foi crucial para o estabelecimento da ideia de raça e do sistema econômico ainda vigente.

Cabe, ainda, ressaltar que não estamos apontando que a história da população negra se resume exclusivamente ao processo de escravização, que no Brasil perdurou por quase quatro séculos, não estamos afirmando que a escravização da população negra é o início e o final da trajetória destas pessoas, pelo contrário, a história da população negra transcende e é muito maior do que este processo aviltante.

No entanto, cabe pontuar que não é um processo que podemos ignorar, pois seria como dar as costas para história, ao passo que ela foi a estrutura fundamental na formação do capital, o qual gestou subjetividades, a cultura, o modelo de geração de valor; e que determinou quem tem direito à vida, à saúde e a direitos sociais no geral. Concordamos, portanto, com a visão de Juliano (2022):

Parece adequado advertir que não partimos da escravidão como o início da história negra, nem tampouco do continente africano e seus povos, mas de como esta faz uma cisão que muda o curso da população negra no mundo – Diáspora negra. Esse processo que conhecemos hoje como colonização, inaugura no curso da história uma dita modernidade,

---

<sup>5</sup> Necessário evidenciar que em todo processo do período de escravização houve resistência. Clóvis Moura (1993) aponta que onde houve escravização houve também quilombos. Aqui entendemos a população negra enquanto sujeitos políticos. Não iremos tratar dos aspectos gerais da quilombagem, por não ser o objeto deste artigo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

onde o sistema de escravidão racial é tomada como a mola do desenvolvimento das populações europeias, que forneceram bases para as atrocidades coloniais. Entendemos a escravidão nas Américas como a brutal e violenta dominação baseada na raça de povos africanos e indígenas, e por isso sua análise sempre deve ser feita à luz do colonialismo (Juliano, 2022, p. 191).

Moura (1977), em acordo com Juliano (2022), aponta que os lucros gerados pelo chamado tráfico triangular, enquanto esteve vigente, contribuíram significativamente para acelerar o processo de acumulação originária<sup>6</sup>, especialmente na Inglaterra, desenvolvendo setores industriais que estavam diretamente ligados ou subordinados a esse comércio. Na mesma direção Williams (2012) faz um estudo da simbiótica relação da escravização e do capitalismo, sobretudo na Inglaterra. Para ele, a história do aumento do tráfico de pessoas escravizadas está, principalmente, associada ao surgimento da cidade de Liverpool e do próprio capitalismo. Para o autor, o produto do trabalho de pessoas negras escravizadas era a força motriz do mundo ocidental naquele período.

Sobre este aspecto do capital comercial e a escravização ser um impulsionador do capitalismo da metrópole Moura (1989) afirma que o auge do escravismo coincide com o ápice da exportação de açúcar para o mercado internacional. Para que essa produção alcançasse equilíbrio, era necessário ter um comprador externo que consumisse toda a produção e, internamente, trabalhadores e trabalhadoras para gerá-las em condições que garantissem lucros compensadores para os escravizadores internos e externos. Ele explica que a população negra executava enquanto escravizada um trabalho com objetivos e organização do trabalho muito bem definidos não somente para fins domésticos, pois para o autor (1989, p. 19) a população negra era um “trabalhador fundamental de uma economia que exigia uma técnica muito complexa, pois não era apenas uma economia extrativa, mas uma agroindústria cuja diversificação interna do trabalho era bem acentuada”.

Quijano (2005) explica que a noção moderna de raça não era cunhada antes da invasão das Américas. Embora possa ter surgido inicialmente para descrever as diferenças fenotípicas entre quem invadia os territórios e os donos dele, essa ideia foi construída para referir-se a supostas diferenças biológicas entre estas pessoas. A formação de relações sociais baseadas nessa ideia gerou, na América, identidades sociais historicamente novas, como as negras, indígenas, bem como a espanhola e a portuguesa, e mais tarde o europeia, que até então se

---

<sup>6</sup> A chamada acumulação originária não foi um processo idílico; pelo contrário, ela se baseou em muita violência e extorsão. Marx (2013) afirma que a acumulação originária, como o próprio nome sugere, está relacionada a um longo e complexo processo de acumulação prévia.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

referiam apenas à procedência geográfica ou país de origem, passaram a ter uma conotação racial em relação às novas identidades. À medida que as relações sociais se configuravam como relações de dominação, essas identidades foram associadas às hierarquias, posições e papéis sociais correspondentes, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se estabelecia. Portanto, a ideia de raça veio para legitimar ideologicamente a colonização.

Entretanto, Oliveira (2021) expõe que ainda com o fim das colônias<sup>7</sup> isso não representou uma ruptura com a ordem global, mas sim um reposicionamento dentro do sistema-mundo. O capitalismo emergente preservou as hierarquias globais. Isso ocorre porque o racismo tem como função principal estabelecer hierarquias de ocupação nos sistemas produtivos, seja no contexto do escravismo colonial ou do trabalho assalariado. De maneira mais ampla, isso resulta em acessos desiguais à riqueza.

Estamos em consonância com o Oliveira (2021) e entendemos o racismo enquanto estrutural, não a partir de um entendimento estruturalista ou de chavões como coloca o autor que é usual ocorrer, mas sim por uma visão materialista do racismo. Nas palavras do autor:

A concepção de racismo estrutural se encaixa na perspectiva da luta pela hegemonia da concepção materialista de racismo. Não se trata apenas de uma outra dimensão da percepção do racismo – o racismo estrutural distinto do institucional individual/comportamental. Mas de entender que o racismo estrutural é conceber o racismo como produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural (Oliveira, 2021, p. 66, 67).

Concordamos com Sabino de Souza (2023): a gênese do racismo está na totalidade das relações sociais de produção. O racismo é a espinha dorsal desta sociedade, em que ele está arraigado na propriedade privada e na indissociável desigualdade, violência, exploração que a lógica do capital de produzir valor tem como resultado; um que, dialeticamente como um espelho, produz para pessoas negras e indígenas uma humanidade rebaixada e o particular, na outra fase do espelho, produz ao branco uma ideia de superioridade e universalidade.

Sabino de Souza (2023) afirma, ainda, que não há possibilidade compreender a dinâmica da luta de classes na sua totalidade no Brasil sem considerar todo o sistema de dominação criado pelas classes dominantes internacional para o controle de corpos de trabalhadores (as), sendo estes (as) escravizados (as) ou trabalhadores remunerados.

---

<sup>7</sup> Em acordo com Aimé Césaire (1978), o fim das colônias não significou o fim da colonização, na medida em que há subalternização, racismo e dependência dos países do sul-global em relação aos países de capitalismo centrais, o fim da colonialidade integralmente virá com o fim do sistema econômico que se alimenta de exploração e opressão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Segundo a autora (2023), o racismo antinegro, é fundamental para a compreensão da luta de classes no país à medida que promove a “hierarquização da força de trabalho sob um processo produtivo que marginaliza, tanto do ponto de vista da produção quanto da distribuição e do consumo, a imensa maioria da classe trabalhadora” (Sabino de Souza, 2023, p. 18).

Assim, no momento em que o regime escravista se desintegrou, ele o fez sem oferecer qualquer garantia ou apoio à massa de trabalhadores (as) negros (as) recém-libertados. O racismo, originalmente gestado para subalternizar e explorar a população negra escravizada, não desapareceu com a abolição. Em vez disso ele se metamorfoseou, criando barreiras que impediam o acesso dos negros ao mercado formal de trabalho. Segundo Moura (1977), esse aspecto teve como resultado:

O que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substitui os da mãe preta e mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver com as próprias forças depois de 4 séculos de escravidão (Moura, 1977, p. 33).

A formação social, econômica, política e cultural brasileira foi profundamente impactada pela superexploração da força de trabalho, pelo racismo e pela escravização. Destaca-se a perpetuação das relações de exploração e subordinação impostas pela escravização, que se transformaram e persistiram na sociedade pós-abolição, manifestando-se em novas formas de opressão racial e econômica.

Resquícios do colonialismo vão sendo reinventados com formas transitórias, em um processo não homogêneo. Esse debate, articulado às expropriações fundantes do capitalismo, para além dos meios de vida, afeta as pessoas negras. A força de trabalho negra rebaixada e o descompasso em relação à força de trabalho branca demarcam as linhas de continuidade da escravização na história.

Se observarmos, por exemplo, a falta de moradia e a superexploração da força de trabalho mediante mão de obra de baixo custo, perceberemos que, de fato, a liberdade é um dia que nunca chegou. Desse modo, um obstáculo monumental marcou as desigualdades sociais, econômicas, culturais, políticas, raciais e de humanidade vivenciadas pelo povo negro no Brasil.

Porque o condicionamento das classes trabalhadoras sob o capitalismo dependente é o de expropriação tanto dos meios de subsistência como das condições de vida, sem direitos assegurados que os/as colocam na condição de vender a sua força de trabalho sob as piores condições, mediadas pelas opressões étnico-raciais e de gênero e sexo (Soares, 2022, p. 179).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O nó antológico do patriarcado, racismo e capitalismo dependente (Soares, 2022) revela os determinantes sociais, econômicos e culturais no Brasil que, ao longo de nossos processos históricos, corroboraram com as tendências de superexploração da força de trabalho e com a questão racial no Brasil e na América Latina.

Quando pensamos em capitalismo dependente, a transferência de valor em um intercâmbio desigual e a cisão de fases do ciclo do capital demonstram as formas contemporâneas de operação do capital no mercado mundial, impactando o conjunto das burguesias que aumentam suas taxas de exploração. Devemos considerar as tendências internas e externas que têm se intensificado, caracterizadas por expropriações fundamentais ao capitalismo, afetando especialmente as pessoas negras. Esse processo de expropriação, além de aumentar a concentração de riqueza nas mãos da burguesia, perpetua desigualdades históricas e estruturais, aprofundando a marginalização econômica e social das pessoas negras, mulheres, LGBTQIAPN+, dentre outras frações da classe trabalhadora.

É crucial refletir sobre como essas hierarquias se estabeleceram entre os países e como se manifestam além dessas hierarquias, tomando outras formas à medida que o capital penetra todas as dimensões da vida (Soares, 2022). Esses processos de opressão foram fundantes do capitalismo e constitutivos dessas hierarquias a partir das expropriações e condições de nossa formação enquanto humanidade, implicando nas dinâmicas regionais, históricas e de conjuntura política.

Essas tendências internas e externas são intensificadas por políticas neoliberais<sup>8</sup> que promovem a desregulamentação, privatização e austeridade, agravando a exploração do trabalho e a expropriação de recursos ecológicos, por exemplo. As pessoas negras são desproporcionalmente afetadas por essas dinâmicas.

## **2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL: enfrentamentos e desafios**

---

<sup>8</sup> “[...] o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo. O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita ‘destruição criativa’, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração” (Harvey, 2008, p. 3).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Pensar os atuais desafios do Serviço Social, em uma perspectiva de formação profissional crítica, exige direcionar os olhos para o perfil de assistentes sociais no Brasil, mapeado pela última vez no ano de 2019 através da pesquisa realizada pelo conjunto CFESS-CRESS e publicada em 2022 pela gestão do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): “Melhor ir à luta com raça e classe em defesa do Serviço Social” (2020-2023), sob o título “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional”. Esse relatório trouxe importantes acúmulos no âmbito de entender os efeitos da expansão do Serviço Social no Brasil, disponibilizando indicadores de regionalidade, gênero, raça e classe, evidenciando uma grande mudança em relação ao censo de 2006. No presente artigo vamos nos concentrar nos dados referentes à “pertença étnico-racial”, como colocado no relatório, que tem como base a resposta de 44.212 mil (25%) assistentes sociais cadastrados (as) no CRESS:

Sobre a pertença étnico-racial das/os profissionais recadastradas/ os, os dados indicam que metade das/os profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes. Na sequência estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 20.771 registros, ou 46,98%. As/os Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51% (CFESS, 2022).

A resposta para isso não é tão simples e para ser alcançada exige algumas reflexões, colocadas a seguir. O primeiro ponto a ser observado é o avanço do neoliberalismo sobre as universidades, que já no começo do século XXI, Marilena Chauí (2003) coloca em perspectiva o fato das pesquisas estarem cada vez mais atreladas à lógica do capital e serventes a sua ideologia. No momento em que as OS (Organizações Sociais) se inserem nos espaços de domínio público (estatizados), a finalidade de servir a sociedade é substituída pela necessidade de produzir para o mercado (Chauí, 2003, p. 7). No Serviço Social isso se deu de forma lenta em relação às outras áreas, visto que o maior empregador da categoria sempre foi o Estado, mas na atual conjuntura já não há tanta distinção nos efeitos dessa lógica.

Em seguida, outro fato a ser observado com base no relatório do CFESS é a precarização da formação profissional, que teve seu avanço com a expansão do ensino à distância aplicado por instituições privadas com fins lucrativos. De acordo com o censo, houve um crescimento de 152% de assistentes sociais cadastrados no CRESS entre os anos de 2006 e 2019, totalizando uma mudança de 70 mil cadastros para 176.524 mil. Os dados compartilhados pelo CFESS nos mostram que dos 44.212 profissionais que responderam a pesquisa, 52,97% (23.417) advêm do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ensino privado, correspondendo a mais da metade dos participantes; e que somente 18,63% (8.237) são frutos de instituições públicas (baseadas no tripé do ensino, pesquisa e extensão). Por fim, esses números deixam claro o retrocesso vivido pelo Serviço Social devido à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), aprovada em 1996, que abriu portas para uma formação distante, em diversos sentidos, do método dialético tão defendido pela Renovação Crítica da profissão.

Por fim, como última pontuação para direcionar a reflexão central do presente artigo, é preciso trazer o avanço da pós-modernidade dentro das salas de graduação e pós-graduação de Serviço Social, tendo em vista que estes espaços de formação também correspondem a reprodução das relações sociais na realidade (Iamamoto; Carvalho, 1982, p. 80), que vivencia uma conjuntura de crise do capital e busca desenfreadamente apaziguar as massas utilizando a hegemonia como um dos principais recursos de controle.

O ideal pós-moderno consiste na negação do método marxiano, afirmando que partir da totalidade para compreender a sociedade e buscar alternativas de superação da exploração é algo do passado, negando o modo de produção como fator determinante da história. Se, por um lado, alguns marxistas falham ao colocar a classe trabalhadora como algo homogêneo, sem considerar os componentes de gênero, raça-etnia e território no decorrer da formação social brasileira, os pós-modernos falham no sentido tirar o fator comum entre todas as opressões: a classe. Moureira e Nunes (2022), trazem de forma bem didática a estratégia utilizada para se inserir nos movimentos de luta política e social

Esses novos movimentos sociais inauguram um novo espaço político, em que há uma verdadeira crise do sujeito, ou, melhor dizendo, há a multiplicação dos sujeitos. Diante de um ceticismo político e descrença nas metanarrativas, novas categorias começam a ser usadas, tais como grupo, identidade, etc. E a identificação ideológica com uma classe foi substituída pela filiação a um grupo (MARCELINO, 2019, p. 9). Esse novo espaço político era articulado por slogans como o pessoal é político, pela retórica do poder, da dominação e do direito ao discurso (MARCELINO, 2019, p. 10). Esse é o principal sintoma da ideologia pós-moderna: o esmaecimento de perspectivas concretas totais e sua substituição pelo meramente particular (ibidem, p. 16) (Moureira; Nunes, 2022, p. 266).

Um exemplo da disseminação dessa ideologia dentro do movimento negro liberal é a ampliação do discurso de “pretos no topo”, em que não existe a análise crítica de que para existir um topo é preciso que se tenha uma base, legitimada pela desigualdade e sustentada majoritariamente por pessoas negras e periféricas, visto que o Brasil tem o racismo como fator constitutivo da sociedade capitalista (Almeida, 2016). Enquanto o pós-modernismo utiliza a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

diversidade da classe trabalhadora para defender a ideia de lutas identitárias e individuais, o capitalismo vende a falsa sensação de representatividade nas propagandas, colocando a ascensão social como forma de superação das opressões. Mas basta olhar para os subempregos, crises climáticas e outras expressões da questão social<sup>9</sup> para enxergar os maiores afetados e seu fator comum: a classe social.

Realizando uma conexão entre todos fatores colocados acima, não há como negar que o conservadorismo, como expressão das relações sociais na atual realidade, se expressa na disputa pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social e abre espaço para diferentes métodos de análise da questão social e que, em tempos de neoliberalismo e precarização da formação profissional, o capital encontrou sua máscara progressista dentro da pós-modernidade, que traz a necessidade de cuidado antes de celebrar deliberadamente o aumento de produções acadêmicas “representativas”. Tendo em vista esses enfrentamentos, o marxismo negro surge como caminho para superar dois desafios dentro das prateleiras da academia: a negação da questão racial como nó da questão social (Gonçalves, 2018) e também a ausência da classe dentro da luta antirracista.

### 3 ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES E AS RELAÇÕES RACIAIS

O objetivo desta seção é dialogar com os fundamentos do Serviço Social e seu alcance no trato das relações sociais de raça como fundamento do racismo antinegro. As pesquisas realizadas por Teixeira (2019) permitiram ao autor inferir que é característica do Serviço Social a preocupação com o rigor teórico analítico na formação profissional.

Desde 1973, com o debate da Reconceituação do Serviço Social, pode-se observar questionamentos às bases formativas, inquirições que se adensam com o Currículo Mínimo, aprovado pela então ABESS<sup>10</sup> em 1979, e pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1982. Naquele momento já se observou a construção dos Fundamentos do Serviço Social segundo o autor em comento (Teixeira, 2019).

<sup>9</sup> Questão social considerada como a relação contraditória entre o capital e o trabalho (Paulo Netto, 1992).

<sup>10</sup> Denominação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), até 1995, quando passou a ser denominada de ABEPSS. A ABESS “foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social da PUC-SP”. No ano de 1996, “ocorreu a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis”. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 15 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Para Yazbek (2018, p. 47), “os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a realidade”; já para Teixeira (2020) a concepção de fundamentos permite apreender a realidade social, suas contradições e possibilidades.

O movimento produzido pelos autores mencionados enfatiza o lastro da produção de conhecimento do Serviço Social calcado na realidade, e no contexto brasileiro, e não só, a base material concreta é demarcada por cor e racialização. Portanto, há necessidade de tomarmos as relações sociais de raça como componente fundante da realidade brasileira e, conseqüentemente, agregá-la como categoria essencial para o Serviço Social.

A despeito das adversidades enfrentadas para fazer ressoar a discussão do combate ao racismo, em consonância com o movimento da realidade, desde a década de 1980, assistentes sociais comprometidas com as lutas antirracistas têm promovido a temática do combate racismo antinegro tanto na produção de conhecimento quanto na atuação em movimentos sociais e demonstram a intersecção da formação, do exercício profissional e do ativismo social (Almeida, 2015).

No Serviço Social, por exemplo, até o ano de 2010 era possível contar nos dedos das mãos a quantidade de publicações de assistentes sociais negras na principal revista da categoria:

[...] a principal revista de Serviço Social do país na atualidade, a Serviço Social e Sociedade, tem, entre os seus cento e dois números publicados (até junho de 2010), apenas três artigos envolvendo temáticas “étnico-raciais”: no número 79 (2004) “As abordagens étnico-raciais no Serviço Social” de Matilde Ribeiro (Ribeiro, 2004), ressaltando a militância de assistentes sociais nos movimentos negros emergentes nos idos de 1980; no número 81(2005) “A questão racial na Assistência Social: um debate emergente” de Sarita Amaro (AMARO, 2005), sobre políticas de ação afirmativa; e no número 99 (2009) “A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social”, de Roseli da Fonseca Rocha (Rocha, 1999) (Ferreira, 2010, p. 09).

Se colocado em contraste com a atualidade, é nítido o aumento das publicações com ênfase nas relações étnico raciais em revistas, repositórios acadêmicos e outros meios de produção intelectual da categoria, bastando uma rápida pesquisa online para acessar diversos títulos abordando a temática. Porém, esse aumento traz à tona a contradição entre quantidade e qualidade, nos fazendo questionar: todas essas produções estão alinhadas à perspectiva crítica do Serviço Social?

O exercício da prática profissional qualificada, crítica e interventiva requer uma formação não apenas crítica, mas também socialmente referenciada, pois deve considerar a conjuntura histórica e a realidade econômico-social brasileira, que sofrem constantes metamorfoses,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

conforme apontam os estudos de Machado, Marques e Santos (2022). A reflexão das autoras nos leva a pensar sobre a necessária radicalidade e a densidade dos fundamentos que balizam a formação e o exercício profissional em Serviço Social, com vistas a formar profissionais que estarão preparados para enfrentar os desafios contemporâneos e fortalecer o compromisso com a sociedade emancipada.

É importante destacar que os diversos movimentos sociais, com suas múltiplas vertentes teóricas, particularidades e objetivos, dedicam-se a entender as relações sociais de raça. Nesse sentido, elucidamos que é a tradição marxista que ancora e dá sustentação à nossa visão de mundo e à prática cotidiana, a despeito do pluralismo das correntes teóricas que compõem o exercício profissional.

Ancoramos nosso entendimento de que a racialização constitui uma relação social, uma construção, produto do modo de produção capitalista, portanto com “materialidade e historicidade” (Almeida, 2016, p. 23), um mecanismo de exploração com base na falácia de caracteres biológicos. O racismo antinegro é elemento constitutivo do modo de produção capitalista, portanto, elemento estrutural e estruturante desse modo de produção. Nesse sentido, o racismo antinegro “é uma relação social que se estrutura política e economicamente” (Almeida, 2016, p. 23), para além da limitação de seus traços éticos e comportamentais.

Ao tratarmos sobre relações sociais de raça na conjuntura brasileira estamos abordando a vinculação entre sujeitos dos segmentos branco e o não branco, e tal abordagem confere aos estudos das relações raciais vinculação à tradição marxista e ultrapassa a perspectiva de questão racial. Entendemos que a racialização é uma vinculação entre sujeitos em relação, sobre a qual são construídas, mantidas e (re)produzidas assimetrias e privilégios (Machado; Marques; Santos, 2022).

A abordagem como questão racial pode nos levar à perspectiva “de que se trata de uma pauta, de um tema, ou de um processo individual isolado” (Machado; Marques; Santos, 2022, p. 54), apartando a mediação da racialização como uma relação social coletiva, que diz respeito ao conjunto da sociedade. Compreendemos que o racismo antinegro é um produto fundante do modo de produção capitalista erigido no processo de colonização brasileira.

No ponto de vista que defendemos, o debate do racismo antinegro evidencia “conexões dinâmicas e complexas com a produção e reprodução da vida social na sociedade centrada na produção do valor” (Sabino de Souza, 2021, p.22). Ademais, o enfoque marxista possibilita uma

compreensão do racismo antinegro em suas determinações mais concretas, tendo em vista a perspectiva histórica (Almeida, 2016).

Sabemos da relevância de debater acerca das relações sociais de raça, que se colocam como inquietação candente do tempo presente para a sociedade e para o Serviço Social. Diante disso, consideramos que se faz necessário exame detido das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, que balizam a formação profissional, pois defendemos que a relação racial é fundante da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e, por conseguinte, é fundamento para a intervenção profissional. Evidentemente, trata-se de realizar aproximações sucessivas aos fundamentos das Diretrizes Curriculares, de 1996, cuja densidade e profundidade escapam aos limites deste artigo.

Nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, é possível verificar que a formação profissional foi elaborada sobre uma intrincada e rica base de eixos fundamentais que agregam história, teoria e método, os quais se desdobram nos núcleos da formação profissional, a saber: “1-Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3-Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS, 1996, p. 8). São esses núcleos, indissociáveis, que expressam os fundamentos da profissão, compõem um conjunto de conteúdos necessários à formação e ao trabalho profissional.

Conforme Guerra (2018) e Teixeira (2019), a unidade entre processo formativo e trabalho visa expressar o acúmulo teórico alcançado pela categoria e é imprescindível que os núcleos sejam trabalhados em diferentes níveis de abstração e matérias, na lógica dialética e articulados em perspectiva de totalidade histórica.

Os núcleos basilares da formação profissional precisam ser compreendidos de forma articulada de modo a capacitar a/o profissional para a apreensão histórica da racialização e suas consequências para as relações sociais que se estabelecem na sociedade contemporânea.

A desagregação nos estudos dos núcleos atende à exigência de ordem didática e metodológica, tendo em mente, contudo, a lógica uníssona entre eles. É necessário conhecer as relações sociais de produção estabelecidas no Brasil colonial para compreender e transformar o tempo presente no que se refere ao racismo antinegro, uma vez que da articulação entre o passado e presente irão emergir os elementos que permitem realizar mediações para adensar a apreensão da realidade social no Brasil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A proposta para a formação profissional possibilita o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e competências necessárias para subsidiar a intervenção nas expressões da questão social, que, por sua vez, em nosso país, dada a sua formação histórica, abarca as relações sociais de raça, notadamente o racismo antinegro.

Ademais, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, trazem em seu bojo a ética para assim forjar o perfil profissional erigido para afastar práticas discriminatórias, intolerantes, naturalizadas e moralizadoras e, somado às demais dimensões, fomenta o questionamento ao instituído.

Mas, atenção, a falta de apreensão dos fundamentos em sua lógica de núcleos articulados resulta em equívocos teóricos e práticos, no exercício profissional, “na definição de objetivos, e se traduz nos recortes da construção das respostas profissionais...” (Batistoni, 2016).

As Diretrizes Curriculares de 1996 anunciam o “marco mais complexo e amadurecido” (Teixeira, 2019, p. 67) para a formação profissional e demarcam um “giro teórico-crítico” (Ibidem, p. 129) da renovação do Serviço Social no rompimento com o conservadorismo.

Em suma, entendemos que apropriar-se do debate acerca do racismo antinegro, seus nexos e expressões, é providência de primeira hora para assistentes sociais, uma vez se trata de temática que perpassa os diversos espaços sócio-ocupacionais, tendo em vista a estreita vinculação entre desigualdade racial e social existente no país.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social é uma profissão que preza pelo rigor teórico na apreensão da realidade para balizar as intervenções efetuadas por seus profissionais, portanto, defendemos a apreensão do racismo antinegro como relação social. Ao analisar a realidade brasileira se faz necessário apreender as relações de raça estabelecidas no país, notadamente, o racismo antinegro, tomando-o como componente fundante das relações sociais estabelecidas no contexto nacional. O racismo antinegro é componente das relações econômicas, sociais e culturais estabelecidas.

Para o Serviço Social, a lógica de articulação entre formação e trabalho exprime a direção social profissional e a apreensão adversa desse âmbito formativo traz rebatimentos indesejáveis para a efetivação do projeto ético-político adotado pela profissão, com espraiamento no combate ao racismo antinegro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

É necessário que as entidades como ABEPSS, CFESS, ENESSO e CRESS continuem fomentando encontros que discutam o marxismo negro para que cada vez mais o corpo discente diverso, que enfim está acessando as Universidades, tenha contato com importantes referências negras, essenciais para defesa da perspectiva crítica no Serviço Social brasileiro.

Além disso, a criação de grupos de estudos e pesquisas e a realização de eventos com a temática do Marxismo Negro é outro recurso importante para que a profissão siga conectada com a realidade cotidiana, também exercendo papel importante para resistência de corpos negros, no ensino superior e na formação continuada, fortalecendo a luta coletiva.

Por fim, objetivamos que os aportes realizados possam fomentar vontades coletivas para uma atuação livre, consciente e comprometida com o combate ao racismo no que tange a assistentes sociais, pois, em se tratando do Serviço Social, sustentada pelo método de Marx, o objetivo é a práxis profissional e, o horizonte, a transformação do racismo antinegro, com a superação da sociedade de classes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**: UFES, Brasília, DF, v. 15, p. 311-333, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Apresentação. Dossiê: marxismo e questão racial. **Margem Esquerda**. São Paulo: Boitempo, n. 27, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 15 jul. 2024.

BATISTONI, Maria Rosângela. **Vídeo aula ABEPSS itinerante**. Anotações de Live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CSCVzMdzkko&t=28s>. 2016. Acesso em: 01 jul. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sã da Costa Editora, 1978.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**. Brasília, DF, 2022.

CHAUÍ, Marilena. "A universidade pública sob nova perspectiva." **Revista brasileira de educação**, p. 5-15, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas, SP: Papel Social, 2018.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**. v. 21, p. 514-522, set./dez. 2018.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez, 1982.

JULIANO, Dayana Cristina Ramos de Souza. Relações raciais no Brasil e o genocídio do povo negro. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 14, n. 2, p. 190-207, 2022. DOI: 10.9771/gmed.v14i2.49815. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49815>. Acesso em: 20 jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. MARQUES, Fernanda Carvalho. SANTOS, Francielly Muria dos. Questão étnico-racial: desafios e perspectivas à formação e trabalho profissional em Serviço Social. In: MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; FERRUGEM, Daniela; SANTOS, Cíntia Marques da (org.). **Debates antirracistas: direitos humanos e políticas sociais**. Porto Alegre: Cirkula, 2022.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, volume 2, São Paulo: Boitempo, 2013.

MOUREIRA COSTA, I; NUNES SILVA FERNANDES, E. **Crise do marxismo e a abordagem pós-moderna: impactos sobre as lutas sociais**. 2022.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, Edição 34, p. 28-38, ago. /set. /out. 1994.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** 1. ed. Rio de Janeiro, 1977.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992,

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1. ed. São Paulo, Editora Dandara, 2021.

SOARES, Marcela. **Escravidão e dependência**. Marília, SP: Anticapital, 2022.

SOARES, Marcela. Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. **Laborare**. Ano V, n. 9, p. 170-191, jul. - dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2022-149>.

SABINO DE SOUZA, Cristiane Luíza. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Revista Fim Do Mundo**, v. 2. n. 4. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11173>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SABINO DE SOUZA, Cristiane Luíza. S. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 146(1), p. 16-35, 2023. v. 2, n. 4., p. 20-41. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XC6y7XCQj3L8RVFrSvGFGD/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 20 jun. 2024

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. 331p. 2019. Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Precisamos falar sobre os fundamentos para responder ao tempo presente!** Anotações de *Live*. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=u8SpbeoVhHs>. Acesso em: 06 jul. 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In*: GUERRA, *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas, SP: Papel Social, 2018.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.